



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO – RJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20 SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 625/2022

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

A **PRODUTOS CIRURGICOS SERRA DA ESTRELA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.906.357/0001-10, sediada na Estrada do Riachão, 532 – Jardim Riachão - Queimados – RJ - CEP 26.330-150, por seu representante legal, vem, apresentar **IMPUGNAÇÃO**, face ao Edital epigrafado.

1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

Ao analisar o edital é possível identificar o direcionamento do item 40 para o produto da fabricante AMED S/A, uma vez que o descritivo do item menciona o REGISTRO DA ANVISA nº 81481900003, sendo este correspondente ao produto da marca AMED – Fabricante AMED S/A.

A lei de licitação veda expressamente a escolha de marca em processos licitatórios. Sendo aceitável apenas quando justificado tecnicamente que somente um produto é capaz de atender às necessidades da Administração. O que não é o caso desse certame na medida em que atualmente existem no mercado diversos produtos de alta qualidade, devidamente aprovados e registrados na ANVISA. Por essa razão, não há motivos técnicos que justifiquem a escolha de um produto em detrimento de todos os demais.

Desta feita, ao direcionar o item para marca específica, tem-se as seguintes consequências:

1. Afronta direta à Lei de Licitações que veda a escolha de marca;



2. A escolha de marca ceifa o certame de todas as demais fabricantes do mercado, apesar de possuírem produto de qualidade, devidamente registrado na ANVISA;

3. A redução do número de licitante reduz a disputa de lances e com isso onera a contratação.

Por tudo isso, serve a presente para requerer a reforma do edital para que exclua o número do Registro da Anvisa, por direcionar para marca específica, sob pena de nulidade do certame e ainda denúncia no Tribunal de Contas a fim de fiscalizar a condução deste e outros pregões desta municipalidade.

2. DIRECIONAMENTO - ILEGALIDADE

A lei de licitações veda expressamente o direcionamento de marca em processos licitatórios em DOIS dispositivos legais: os artigos 7º, §5º e 15º, §7º, ambos da lei de licitações, a saber:

“Art. 7º. As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: § 5º. É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.” (Grifo nosso)

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

§7º: Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I – a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca,”
(Grifo nosso)

Como se vê, o direcionamento para um produto específico, afronta a lei de licitações, a lei de pregões, além de diversas jurisprudências já pacificadas, inclusive no Tribunal de Contas da



União. Vejamos:

O Tribunal de Contas da União já decidiu de forma pacífica: “REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ANULAÇÃO. A inadequação das exigências editalícias, que atentam contra o princípio da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, insculpidos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e no art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos, conduz à anulação do processo licitatório”. (ACÓRDÃO 1097/07 ATA 23/2007 - PLENÁRIO. Julgado em 06/06/2007)

“Vedação imposta por esse dispositivo é um dos mecanismos utilizados pelo legislador no sentido de conferir efetividade aos princípios informativos da licitação, entre esses o da livre concorrência, o do julgamento objetivo e o da igualdade entre os licitantes”. (Acórdão 1553/2008 – Plenário.).

"2. (...) O objeto pode ser formado por único ou diversos itens, com a respectiva especificação técnica, constituindo em descrição de suas características, propriedades, medidas, quantidades e todos os demais elementos necessários à sua exata identificação e avaliação pela Administração, ressalvada a inviabilidade de especificações que possam caracterizar restrição à participação de interessados ou direcionamento a determinados produtos, marcas ou fornecedores. (...)" (TC de Santa Catarina. Processo CON-04/03646740. Parecer COG-268/04)." (g. n.)

Para o Superior Tribunal de Justiça:

“A busca da melhor proposta recomenda a admissão do maior número de licitantes. Quanto mais propostas houver, maior será a chance de um bom negócio. Por isto, os preceitos do edital não devem funcionar como negaças, para abater concorrentes.” (STJ, MS nº 5.623, DJ de 18/02/1998).

Na mesma esteira o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

Produtos Cirúrgicos Serra da Estrela Ltda
CNPJ: 06.906.357/0001-10 - Inscrição Estadual: 77.787.097
Estrada do Riachão, 532 – Jardim Riachão – Queimados – RJ - CEP 26.330-150
Tel.: 21.3769-8598 e-mail: contato@procsel.com.br



"REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE VEÍCULOS. EDITAL 057/2010. MUNICÍPIO DE POTÉ. CARACTERÍSTICAS DOS BENS LICITADOS. EXPLICITAÇÃO EXCESSIVA. LIMITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ENTRE OS INTERESSADOS. DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO. I. A deflagração de novo processo licitatório visando a efetiva habilitação e ampliação do número de fornecedores dos bens descritos no novo edital não constitui medida ilícita; II. A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e busca selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender aos reclamos do interesse coletivo; III. O objeto da licitação não pode conter características peculiares e explicitações excessivas que possam excluir o universo de licitantes e outros produtos similares, que atendam ao mesmo fim. Trata-se de proibição de cláusula ou limitação do conteúdo da contratação, preservando o interesse e os princípios da moralidade e conveniência da Administração Pública; IV. O estabelecimento de especificações não usuais que resultem, sem justificativa consistente, na exclusão de outros fornecedores que disponham de bens similares e que atendam os interesses da Administração Pública, configura afronta ao princípio da moralidade administrativa. V. Toda a atuação administrativa orienta-se à satisfação dos interesses supraindividuais." (TJ-MG - AC: 10686100176235001 MG, Rel.: Washington Ferreira, Data de Julgamento: 02/07/2013). (G.n.)

Para o ilustre Administrativista Marçal Justem Filho:

"Será inválida a cláusula discriminatória quando não tiver pertinência ou relevância. Mais, ainda, também será inválida quando deixar de consagrar a menor restrição possível. Se as características do objeto licitado exigirem a adoção de tratamento discriminatório, isso não significa a autonomia da Administração para consagrar discriminação excessiva, somente será admitida a mínima discriminação necessária para assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa."

Produtos Cirúrgicos Serra da Estrela Ltda

CNPJ: 06.906.357/0001-10 - Inscrição Estadual: 77.787.097

Estrada do Riachão, 532 – Jardim Riachão – Queimados – RJ - CEP 26.330-150

Tel.: 21.3769-8598 e-mail: contato@procel.com.br



(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª ed., p.84. g. n.)

Portanto, não restam dúvidas de que a definição de marca nos editais é terminantemente proibida, não apenas por afronta os mais comezinhos princípios que regem os certames, mas por afrontar diretamente diversos dispositivos legais, doutrina e jurisprudência, como os acima transcritos.

3. PRINCIPAL OBJETIVO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Certamente essa r. municipalidade sabe que o principal objetivo dos processos licitatórios é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração e os cofres Públicos.

Por isso, a Administração está vedada a realizar qualquer exigência editalícia que restrinja a competitividade, especialmente nos casos em que a Administração escolha um produto em detrimento de outro. Principalmente se tal escolha onera os gastos da Administração, nos termos do art. 3º, §1º da Lei de Licitações (8.666/1993).

Também o art. 3º da Lei de Pregões também determina que são vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

É por isso que, o mestre Marçal Justen Filho ensina que, nos processos licitatórios a maior vantagem ocorre quando a Administração decide realizar a prestação menos onerosa aos cofres Públicos, o que somente ocorrerá mediante a promoção da competitividade entre as licitantes.

Portanto, considerando que as exigências impugnadas não agregam qualidade ao produto, sendo, pois, mero diferencial comercial, serve a presente para requerer a reforma do edital a fim de ampliar o rol de licitantes.

4. PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer seja alterado o descritivo do **ITEM 40**, excluindo o número do registro mencionado, uma vez que demonstrado que direciona para marca específica.



Na remota hipótese dessa impugnação ser indeferida, requer sua imediata remessa à Autoridade Superior competente e à Assessoria Jurídica desse município para que sejam analisados os apontamentos realizados quanto à vedação de direcionamento de marca em processos licitatórios.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 2022.

PRODUTOS CIRURGICOS SERRA DA ESTRELA LTDA – ME

CNPJ 06.906.357/0001-10



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0735056-3

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

00-2021/133293-3

20/05/2021 11:46:43

JUCERJA

Último arquivamento:

00003908854 - 05/08/2020

NIRE: 33.2.0735056-3

PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA ME

Boleto(s): 103698582

Hash: F44A177E-B293-4C2E-BF96-CDBFCC568164

Orgão	Calculado	Pago
Junta	352,00	352,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA ME

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Nome:	Rosane Lopes
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2127594108
E-mail:	rosane.oliveira@mgcontecnica.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	20/05/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

20/05/2021

Data



00-2021/133293-3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA ME

NIRE: 332.0735056-3 Protocolo: 00-2021/133293-3 Data do protocolo: 20/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/05/2021 SOB O NÚMERO 00004071733 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0325C31C3D672C1520E17C31475D861C90C87C5ECF75A57B73CE1FD7D994D8D9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA

CNPJ/MF. 06.906.357/0001-10

NIRE: 33.2.0735056-3

FRANCISCO CARLOS DA SILVA PINTO, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 28/10/1956, filho de Francisco Licibone Pinto e Margarida de Lourdes Ferreira da Silva Pinto, inscrito no CPF sob nº. 489.716.937-20 e portador da identidade RG nº. 04.263.479-0 Detran/RJ e;

MARCUS VINICIUS DE GOUVEA PINTO, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/04/1985, filho de Francisco Carlos da Silva Pinto e Maria Cristina Estolano de Gouvea, inscrito no CPF nº 110.965.687-48 e portador da identidade RG nº. 20060048-4 Detran/RJ, **ambos** os sócios são residentes e domiciliados à Avenida Abilio Augusto Tavora, nº 550 – Bloco 02 – Apto 404 - Jardim Alvorada – Nova Iguaçu/RJ – CEP: 26265-090.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada **PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 06.906.357/0001-10, com sede na Estrada Do Riachão, nº. 532 – Jardim Riachão – Queimados/RJ, CEP: 26.330-150, com seu ato registrado e arquivado na JUCERJA sob o NIRE 33.2.07350563, resolvem de comum acordo, alterar o seu contrato pela 4ª (quarta) vez, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA – Neste ato retira-se da sociedade o sócio **FRANCISCO CARLOS DA SILVA PINTO** já qualificado acima, detentor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), divididos em 5.000 (cinco mil) cotas no total, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, qual **VENDE E TRANSFERE** sua totalidade de cotas, para o sócio remanescente o Sr. **MARCUS VINICIUS DE GOUVEA PINTO**, já qualificado acima, pagos neste ato em moeda corrente e legal do País, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Parágrafo primeiro: Mediante a saída do sócio, o capital fica distribuído da seguinte forma:

MARCUS VINICIUS DE GOUVEA PINTO.....10.000 Cotas a R\$ 10.000,00 (100%)

TOTALIZANDO.....10.000 Cotas a R\$ 10.000,00 (100%)

Parágrafo segundo: De acordo com o artigo 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002 a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA: A partir desta data a Sociedade passará a ser uma **SOCIEDADE EMPRESÁRIA UNIPESSOAL LIMITADA**, considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: Diante do exposto, resolve o sócio dar uma nova redação ao contrato social, atualizando o Instrumento de Contrato Social arquivado e registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.0735056-3, passando então a sociedade a reger-se pelas cláusulas abaixo aduzidas:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
UNIPESSOAL DE FORMA LIMITADA.

PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA

CNPJ/MF. 06.906.357/0001-10

NIRE: 33.2.0735056-3

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO:

Artigo 1º.) A sociedade unipessoal, que é limitada, gira sob a denominação social de **PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA**.

Artigo 2º.) A sociedade unipessoal tem sua sede social a Estrada Do Riachão, nº. 532 – Jardim Riachão – Queimados/RJ, CEP: 26.330-150, e poderá abrir filiais, agências, depósitos fechados e sucursais em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, atribuindo-lhes capital autônomo, conforme Legislação vigente à época.

CAPÍTULO II - DO OBJETO E DO CAPITAL SOCIAL:

Artigo 3º.) A sociedade unipessoal tem por atividade, a exploração por conta e riscos próprios, no ramo de: **Fabricação de materiais para medicina e odontologia, Envasamento e empacotamento sob contrato, Fabricação de preparações farmacêuticas, Correspondentes de instituições financeiras.**

Artigo 4º.) A sociedade unipessoal será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO III – DO CAPITAL DA EMPRESA:

Artigo 5º.) O capital social da sociedade unipessoal é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato pelo sócio em moeda corrente nacional do país e distribuídas na proporção abaixo relacionada:

MARCUS VINICIUS DE GOUVEA PINTO.....10.000 Cotas a R\$ 10.000,00 (100%)

TOTALIZANDO.....10.000 Cotas a R\$ 10.000,00 (100%)

Parágrafo Único: De acordo com o artigo 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002 a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas cotas.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Artigo 6º.) A administração e a representação da sociedade unipessoal, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, será exercida pelo sócio isoladamente, tão somente nos negócios que digam respeito à sociedade.

Parágrafo Primeiro: O nome da sociedade unipessoal só poderá ser usado em negócios e assuntos relacionados com seus objetos sociais, sendo vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, seja em favor do cotista ou de terceiros, tais como: fianças, avais, endossos e aceites de favor, os quais, se praticados, serão totalmente nulos em relação à sociedade, cabendo à sócia infrigente o ônus e a responsabilidade pelo ato praticado.

Parágrafo Segundo: Poderá o sócio isoladamente, nomear procurador(es) para a Sociedade unipessoal através de instrumento de procuração pública, contendo expressamente os poderes a serem outorgados e fixação de prazo, dentro do qual os poderes serão exercidos, salvo quando a procuração for para fins de representação em juízo e repartições públicas.

Artigo 7º.) As operações com empréstimos junto a rede bancária, ou outros agentes financeiros, poderão ser praticadas pelo sócio isoladamente, tão somente nos negócios que digam respeito à sociedade unipessoal.

Parágrafo Único: Todos os cheques, duplicatas, saques, aceites, ou endossos de títulos, aberturas, encerramento ou movimentação de contas bancárias poderão ser praticados pelo sócio isoladamente, respeitando-se as restrições impostas pelos Artigos 6º., 7º. e seus respectivos parágrafos.

Artigo 8º.) A venda, alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, de bens integrantes do Ativo Permanente da Sociedade, inclusive, mas não se limitando a bens imóveis e participações societárias, poderão ser praticados pelo sócio isoladamente, tão somente nos negócios que digam respeito à sociedade.

Artigo 9º.) Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo o sócio, os lucros ou perdas apurados.

CAPÍTULO IV - DELIBERAÇÕES

Artigo 10º.) O presente contrato social poderá ser livremente modificado, a qualquer tempo, no todo ou em parte, por deliberação do sócio.

CAPÍTULO V - CESSÃO DE COTAS, FALECIMENTO E HAVERES:

Artigo 11º.) As cotas da sociedade unipessoal e os direitos sobre as mesmas são inalienáveis e impenhoráveis, não podendo recair sobre os mesmos quaisquer ônus reais, tais como hipoteca, penhor ou servidão, nem mesmo poderão ser cedidos, vendidos, transferidos, dados em caução ou dação de pagamento, seja a que título for.

Artigo 12º.) Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade unipessoal continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CAPÍTULO VI - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE UNIPESSOAL:

Artigo 13º.) Em caso de liquidação da sociedade unipessoal, será designado pelo sócio um liquidante, que procederá a todos os atos da liquidação, realizando o ativo e o passivo social, bem como ficará incumbido de liquidar todas as obrigações comerciais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS:

Artigo 14º.) O sócio terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, para fazer frente aos seus gastos pessoais, mas respeitando as condições do caixa da sociedade unipessoal e os limites impostos pela legislação.

CAPÍTULO VIII - DO FORO:

Artigo 15º.) O Foro da Comarca do Município de Queimados no Estado do Rio de Janeiro será o competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO IX - CASOS OMISSOS:

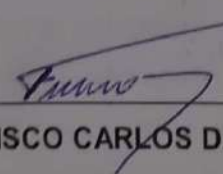
Artigo 16º.) Os casos omissos no presente instrumento e não previstos nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, serão regulados, supletivamente, pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO X - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

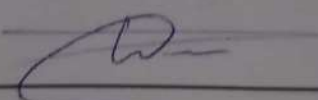
Artigo 17º.) O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por assim estar de pleno acordo em tudo o que neste instrumento foi lavrado, e obrigando-se a cumpri-lo, assina-o em 01 (uma) via, para que se cumpram os efeitos de registros.

Queimados, 03 Maio de 2021.



FRANCISCO CARLOS DA SILVA PINTO



MARCUS VINÍCIUS DE GOUVEA PINTO

UNIDADE OPERACIONAL: Av. Dr. Guilherme Dumont Vilares, 1086 – Morumbi
CEP: 05640-001 São Paulo – SP
sac@mgcontecnica.com.br

PABX: (11) 2575-1800
www.mgcontecnica.com.br

Digitalizado com CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA ME

NIRE: 332.0735056-3 Protocolo: 00-2021/133293-3 Data do protocolo: 20/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/05/2021 SOB O NÚMERO 00004071733 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0325C31C3D672C1520E17C31475D861C90C87C5ECF75A57B73CE1FD7D994D8D9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo.

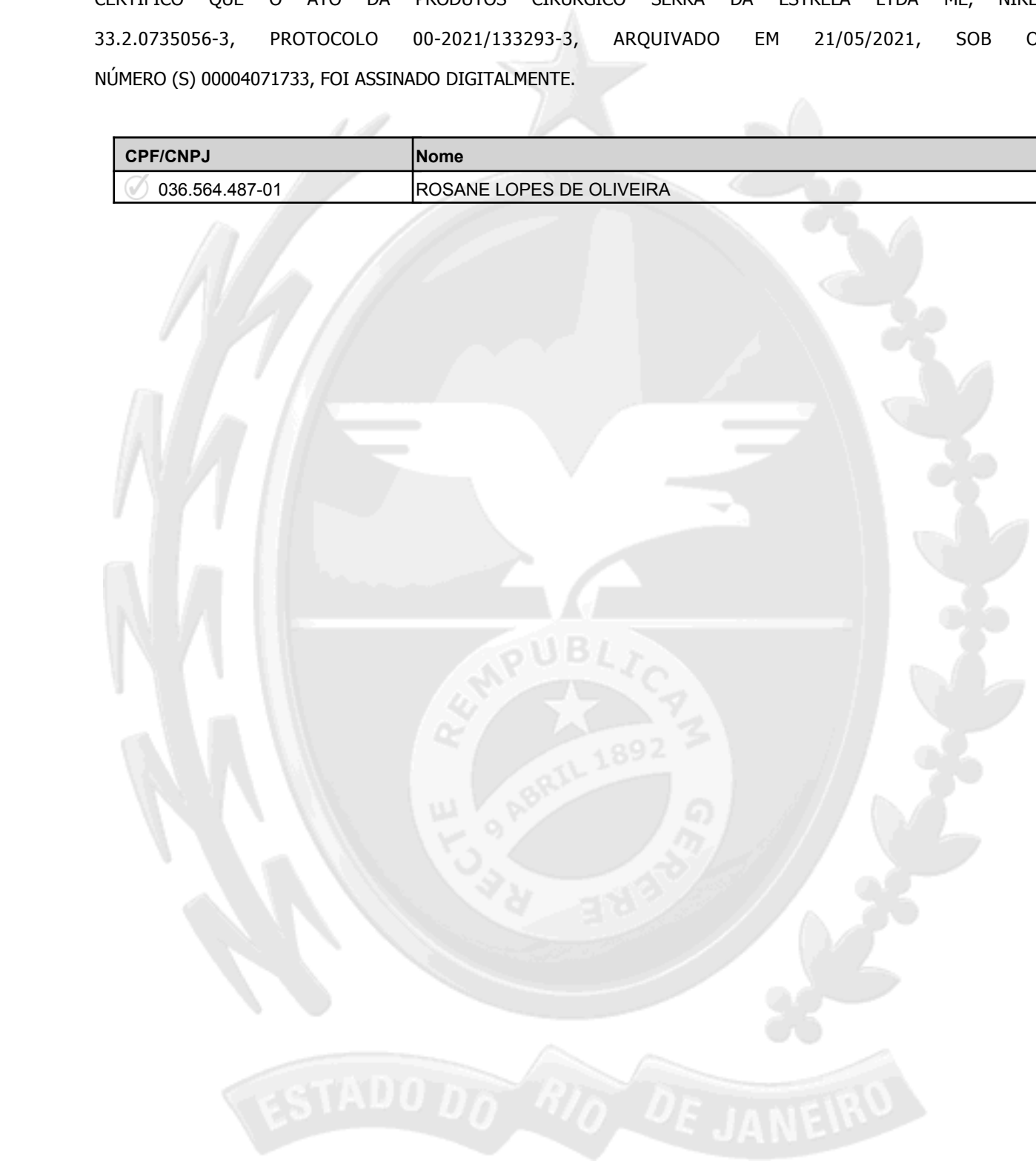




IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA PRODUTOS CIRURGICO SERRA DA ESTRELA LTDA ME, NIRE 33.2.0735056-3, PROTOCOLO 00-2021/133293-3, ARQUIVADO EM 21/05/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004071733, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 036.564.487-01	ROSANE LOPES DE OLIVEIRA



21 de maio de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral